

TRÊS BIOGRAFIAS QUINHENTISTAS DA RAINHA SANTA ISABEL¹

THREE BIOGRAPHIES OF QUEEN SAINT ISABEL FROM THE XVITH CENTURY

HELENA COSTA TOIPA

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra
helenacosta64@gmail.com

Artigo recebido a 22-06-2016 e aprovado a 29-09-2016

Resumo

Dando continuidade aos esforços de canonização de D. Isabel de Aragão, D. João III obteve do Papa, em 1556, a autorização para alargar o culto da já beata D. Isabel a todo o reino. Solicitou, então, aos responsáveis dos mosteiros portugueses, nomeadamente à abadessa do mosteiro de Santa Clara, a composição de uma biografia da rainha, a partir de documentos existentes nesse mosteiro. Surgiram, então, três biografias, todas inspiradas nos referidos documentos: *De Vita et Moribus Beatae Elisabethae Lusitaniae Reginae* do padre jesuíta Pedro João Perpinhão; *Vida e milagres da gloriosa Raynha sancta Ysabel, molher do catholico Rey dom Dinis sexto de Portugal*, editada pelos mordomos da Confraria da Rainha Santa Isabel, e “Vida da Bemaventurada sancta Isabel Raynha de Portugal”, de Frei Marcos de Lisboa, incluída na Segunda Parte das suas *Chronicas da Ordem dos Frades Menores*.

Palavras-chave: biografia, canonização, Rainha Santa Isabel, Pedro Perpinhão, Confraria da Rainha Santa Isabel, Fr. Marcos de Lisboa.

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto UID/ELT/00196/2013, financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Abstract

Continuing with the efforts to canonize D. Isabel de Aragão, king D. João III obtained, in 1556, permit from the Pope that authorized the cult of the already beatified D. Isabel around the whole kingdom. He then asked the heads of the monasteries, namely the Santa Clara's abbess, for a biography of the queen, based on existing documents from Santa Clara monastery. And so, three biographies appeared: *De Vita et Moribus Beatae Elisabethae Lusitaniae Reginae* by the jesuit priest Pedro João Perpinhão; *Vida e milagres da gloriosa Rainha sancta Ysabel, molher do catholico Rey dom Dinis sexto de Portugal*, published by the brothers of the Confraria da Rainha Santa Isabel, and “Vida da Bemaventurada sancta Isabel Raynha de Portugal”, by Frei Marcos de Lisboa, included in *Chronicas da Ordem dos Frades Menores*,

Keywords: biography, canonization, Rainha Santa Isabel, Pedro Perpinhão, Confraria da Rainha Santa Isabel, Fr. Marcos de Lisboa.

1.

A acção da rainha D. Isabel de Aragão em Coimbra, cidade onde residiu durante uma parte significativa da sua vida, principalmente no período da viuvez, marcou indelevelmente esta cidade, que começou a prestar-lhe culto imediatamente a seguir à sua morte. Com efeito, quer a sua acção de assistência junto dos conimbricenses, nomeadamente quando do grave período de fome que atingiu a população em 1333, quer a sua permanência frequente na cidade para acompanhar a (re)construção de Santa Clara, quer, depois de viúva, o facto de passar a viver no paço que mandara construir junto do “seu mosteiro”, entre outras situações, revelam o amor da rainha a esta cidade, que lho retribuiu após a sua morte, levando os cidadãos a venerá-la como santa, alcandorando-a a intercessora entre os homens e Deus.

As medidas que se tomaram logo após a sua morte, por iniciativa do filho, D. Afonso IV, e do bispo de Lamego, Frei Salvado Martins, apontam, por parte dos seus próximos, para um desejo de santificação que coroasse uma vida dedicada à piedade, à pacificação dos seus familiares, ao apoio aos mais necessitados e à edificação de obras de assistência social. Imediatamente depois do próprio cortejo fúnebre de Estremoz para Coimbra, numa jornada de sete dias, em pleno mês de Julho, foi registada em escritura pública, atestada por aqueles que tinham acompanhado o préstito, a manifestação de um fenómeno maravilhoso que a envolveu numa aura de sobrenatural – o cheiro a rosas que emanava do

caixão². De igual modo foram registadas em escrituras públicas, antes mesmo de passado um mês sobre a morte da rainha³, outras situações maravilhosas de curas mirculosas, operadas por acção das suas relíquias (por exemplo, as ligaduras que tinham protegido o tumor do seu braço e que curaram uma ama da sua casa, afectada por um “lobinho grande em na mão direita”⁴), ou com a sua intercessão, com a clara intenção de guardar para a posteridade a sua acção benfazeja e de procurar a sua canonização. Que este era o objectivo de tais procedimentos, percebeu-o Rui de Pina, quando escreveu a *Crónica de D. Afonso IV*, cap XXIII:

(...) & sobre as couzas que em sua morte, & enterramento, & dispois sobre seo moimento milagrosamente se passarão cõ algum fundamento de ser canonizada forão tiradas inquirições cõ muy perfeito exame das testemunhas, & por ellas brevemente achey que indo assi seu corpo pello caminho, sendo tão grandes quenturas do sol, que nos corpos mortos cauzão corrupção, & fedor, a este vinhão as gentes cheyrar pello grãde odor que delle saia, que era assi grãde, & de bõ cheiro, como se o levarão por hum grãde, & muy florido rozal, & assi o fazia algum grosso humor que do dito corpo pellas fendas do ataude saia. (...) E foraõ cõ elle Frei João Paes seu confessor da ordem de São Francisco, e Frei Salvador Bispo de Lamego que foy seu testamenteyro e alem doutros muytos milagres que por escrituras antiguas, & muy autentiquas achey foraõ estes: (...) ⁵.

Com o objectivo de guardar para a posteridade os feitos e a vida exemplar da Rainha, alguém que com ela convivia de perto redigiu também uma biografia, que viria a servir de fonte e inspiração para a maior parte dos textos que se compuseram ao longo dos séculos sobre D. Isabel; no final estão antologizados todos os milagres que, nessa altura, foram objecto de certificação notarial, com a menção dos respectivos tabeliães e testemunhas. Este relato, que conheceu várias cópias manuscritas existentes na biblioteca do mosteiro de Santa Clara, foi editado pela primeira vez por Fr. Francisco

² Nunes 1921: 1369-1370.

³ Vairo 2004: 147-193. Existe ainda um desses documentos de 1336: um manuscrito com um registo notarial que atesta dois milagres: um diz respeito a uma freira do Mosteiro, Catarina Lourenço, que tinha um “lobinho” no olho, de que se livrara após encomendar-se à Rainha; o outro diz respeito a Domingas Domingues, que engolira uma sanguessuga e a expulsara depois de ter rezado à Rainha Santa.

⁴ Nunes 1921: 1371-72.

⁵ Pina 1977: 378.

Brandão, na Sexta Parte da *Monarquia Lusitana*, com o título *Relaçam da vida da gloriosa Santa Isabel Rainha de Portugal*, em 1672⁶, e foi posteriormente reeditado em 1921 por José Joaquim Nunes, com o próprio título *Livro que fala da boa vida que fez a Rainha de Portugal, Dona Isabel, e dos seus boons feitos e milagres em sa vida e deploys da morte*; tem sido objecto de vários estudos e é conhecido também por *Lenda da Rainha Santa Isabel*, designação que adoptaremos neste estudo. O intento de preservar a memória da Rainha está claramente definido no preâmbulo da obra:

“Pera se nom perder per tempo de memoria dos omees a vida que em este mundo fez a muy nobre senhora, dona Isabel, per graça de Deus raynha de Purtugall e do Algarve, e o acabamento que ouve e as cousas que Nosso Senhor Ihesu Cristo em ssa vida e deploys sseu saimento deste mundo por ela fez, porem em tanto o ffecto de ssa vida está rrezente e á muytos omees e molheres dignos de creer que virom e passaram as cousas que se adiante seguem e assy como notorio a todos os de Purtuguall, screpverom-se os seus ffectos, obras e vida, nom adendo, nem errando de verdade todo que se diz⁷”

Inspirados na *Lenda*, dois cronistas que se ocupam dos reinados de D. Dinis e de D. Afonso IV, o autor da *Crónica de 1419*⁸ (provavelmente Fernão Lopes) e Rui de Pina, reproduziram algumas informações sobre a rainha que nela encontraram, nomeadamente as alusivas a uma vida dedicada à beneficência, ao apoio aos outros, à devoção e à pacificação, bem como aos milagres ocorridos graças à sua intercessão, e acrescentaram outras, respigadas do acervo de documentos oficiais a que teriam acesso como responsáveis pelo Tombo régio, provavelmente até alguns dos registos notariais certificando os milagres, redigidos logo após a morte da rainha.

Apesar do registo destes acontecimentos, em escrituras públicas, e da redacção da biografia muito pouco tempo depois da sua morte, vivendo

⁶ Brandão 1672: VI, 405-534.

⁷ Nunes 1921: 1307. Esta passagem revela também a data aproximada da composição, pois afirma estarem ainda vivas pessoas que presenciaram os factos contados e ser recente ainda a sua vida.

⁸ A *Crónica de Portugal de 1419* compreende o relato dos reinados de D. Afonso Henriques, D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV, pelo que foi designada por *Crónica do Reino*, *Crónica Geral do Reino*, *História Geral dos Feitos do Reino*, *Crónica Geral dos Notáveis Feitos dos Reis de Portugal*, ou *Crónica de Portugal*. A sua autoria é comumente atribuída a Fernão Lopes. (Calado 1998).

ainda alguns dos intervenientes mencionados, o culto da rainha permaneceu circunscrito, muito limitado à cidade de Coimbra e aos seus descendentes.

D. Manuel, D. João III e ainda D. Sebastião continuaram a enviaar esforços no sentido de alcançarem a santificação de D. Isabel; esta, no entanto, só seria canonizada pelo Papa Urbano VIII, em pleno domínio filipino, em 1625⁹, no tempo de Filipe II, que deu uma nova força ao processo em 1611. Graças aos esforços desenvolvidos por D. Manuel, D. Isabel fora beatificada em 1516, pelo Papa Leão X que, no entanto, no breve de beatificação a designou por *Branca*. Esse lapso levou a que, em 1545, o bispo de Coimbra, João Soares, considerasse o culto ilegítimo¹⁰, facto pelo qual D. João III solicitou ao Papa a correcção do erro e a extensão do culto à capela real, uma vez que a beatificação, reconhecida no tempo de D. Manuel, circunscrevera o seu culto solene à diocese de Coimbra. O Papa Júlio III defere este pedido a D. João III que, em 1556, solicitará a Paulo IV e obterá a extensão do culto a todo o reino.

Novas circunstâncias terão avivado a memória do rei e dos conimbricenses, nos meados do século XVI; assim, por exemplo, a iniciativa de Martim de Azpilcueta Navarro (professor de Cânones que D. João III contratara para a Universidade de Coimbra, entre 1538-1555) que publicitou a cura miraculosa de uma sobrinha, freira professa em Celas, que se encomendara à rainha, e que desse acontecimento mandou fazer uma representação pictórica (*ex-uoto*), depois exposta no mosteiro de Santa Clara, terá tido um impacto não despreciando no reavivar do culto. Três biografias compostas pelos finais da década de 50 princípios de 60 do século XVI referem essa cura.

Ainda na sequência da beatificação da Rainha, foram compostos dois ofícios: um para uso regular dos cónegos regulares de Santa Cruz de Coimbra, em 1538; outro, de André de Resende, dedicado a D. Catarina, mulher de D. João III, em 1551. Ambos se inspiram inequivocamente na *Lenda*.

Quando, em 1556, D. João III obteve do Papa a extensão do culto da rainha a todo o reino, determinou a realização de um conjunto de iniciativas nas dioceses do país, nos mosteiros, na Universidade e no Colégio das Artes; encomendou a elaboração de uma biografia de D. Isabel, que narrasse a sua

⁹ Sobre os motivos que terão obstado à canonização de D. Isabel, no início do processo, ou atrasado a sua resolução, leia-se Vairo 2004: 147-193.

¹⁰ Vasconcelos 1891-1894: 299-302; Vairo 2004: 157-158.

vida, obras e milagres; solicitou cópias de documentos antigos relacionados com esta figura conservados no cartório do mosteiro de Santa Clara; mandou fazer estátuas da rainha e averiguar da veracidade dos milagres.

Ao Colégio das Artes ou Colégio Real, que fundara em 1548, em Coimbra, e cuja orientação entregara em 1555 à Companhia de Jesus, ordenou, em 1556, que todos os anos a partir daí, um professor da instituição fizesse uma oração comemorativa no dia 4 de Julho, dia da morte da rainha; instituiu-se esta prática no Colégio e prolongou-se por tantos anos quantos os jesuítas estiveram à frente do seu destino.

“Para o padre reitor do collegio das Artes em cada um anno,
no dia em que se celebra a festa da rainha sancta,
mandar um dos lentes fazer uma oração em louvor da sancta

Padre reitor do collegio das Artes da cidade de Coimbra, eu el-rei vos envio muito saudar. Encomendo-vos que ordeneis que daqui em diante, em cada um anno, no dia em que se celebra a festa da rainha sancta, nessa cidade, haja uma oração publica nesse collegio, a qual dirá um dos lentes delle em louvor da dicta rainha sancta, e se fará nella menção da graça, que eu alcancei do sancto padre, para se rezar della em todos meus reinos e senhorios, e para poder haver altar e imagem della. E eu escrevo e mando ao reitor e Universidade, que no tal dia estejam presentes á dicta oração; e esta minha carta mandareis registar no livro, em que se registam as minhas provisões, para se saber como o assim tenho mandado, e se cumprir inteiramente. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 9 dias de setembro 1556. Manuel da Costa a fez escrever. Rei.

E o padre doutor Torres, provincial, mandou que aos 4 de julho de cada anno, em que se celebra a festa da rainha sancta, se façam no collegio orações, assim em verso como em prosa, a louvor da dicta rainha sancta e del-rei D. Dinis, seu marido, e que isto se escrevesse no livro do registo, para que ficasse por memoria¹¹”.

“À Universidade ordenou que estivesse presente:

Doctor affonso do prado / Eu elRei uos enuio mujto sau/dar. Vi a carta q me escreuestes & hei prazer de vos / & os doutores lentes em theologia & mestres em artes / serdes presentes ao auto ppru^o q se fez no Collegio das / artes & me auerei por seruido de asi o fazerdes / daqui em diante pollo proueito q de serdes presentes / aos autos pubricos do dito Collegio os estudantes delle

¹¹ Teixeira 1899: 398-99.

/ Receberaõ & pollo mujto frujto q se diso siga / Emcomen/do uos & mando uos q o digaes logo asi aos ditos dou/tores & mestres per^a q folguem de se achar aos ditos / autos.

E por q eu ordeno q no dito Collegio se faça Cada / anõ huma oração em louuor da R^a santa / em o dia em q se nesa cidade celebra sua festa // vos em Comendo q Cõ a vniversidade seiaes a ella / presentes por q Receberei diso prazer & esta mi/nha Carta fareis logo Registrar no liuro em / q se Registam as minhas prouisões. Polla qual / mando ao Reitor lentes deputados & Conselhos / desa vniversidade q ora saõ & ao diante fore / q a cunpraõ & guardem Como se nella cõtem Jorge / da Costa o fez em lix^a a noue de setenbro de / j b lta & seis M. da Costa a fez escreuer. Rei¹²

Como estes documentos datam de Setembro de 1556, a primeira oração destinada ao dia 4 de Julho só podia ter sido dita no ano seguinte, como efectivamente foi. E confirma-se pela leitura da acta de uma reunião do Conselho-mor da universidade de Coimbra, de finais de Junho de 1557, na qual se dá conta da vontade do rei expressa nas cartas acima transcritas:

“q a vniversi.de va ao collegio
a ouuir a oração o dia da
Reinha Santa

Ho deRadeiro de Junho de jb.c l.ta & sete años na çi/dade de Coimbra & salla da Rainha dos paços delRey / nosso Sor. sendo hi presente (.....) hi propos / o Sor Reitor q ElRei nosso Sor q deos aja escreuera / ao doutor a^o do Prado sendo Reitor q cõ a vniversi.de fose o dia q se celebra a festa da Rainha Santa ao / Collegio Real de que os Collegiaes de Jhu tinham / carreguo a ouuir huã oração q em louuor da dita Rei/nha em cada hum año hi se auia de fazer & nella / mandaua aos lentes deputados e cõselhr.os q ao pre/sente eraõ e ao diante fosem q em cada hum ano. / fosem presentes no dito Collegio a ouuir a dita oração / & mandaua q a dita prouisaõ se Registase no liuro / dos Registos donde se Registauaõ suas prouisões p^a // se saber & a dita Carta fora feita a noue/ de setenbro de jb.c l.ta & seis como pollo Registo da dita Carta mais largam.te se uiu e por / quanto ate o presente se não dera a dita Carta / a execução. Lhe daua cõta della p^a asenta/rem a maneira p q a vniversi.de se auia de / ajuntar no dito Collegio & a q oras se faria / a dita oração p^a se não emcõtrar cõ a misa / E pregação q no mostr.^o de Santa clara onde esta o corpo da dita Rainha se faz. & praticando tudo miudamente foi asentado q aos / estudantes se notefique q seiam presentes. a dita oração não

¹² Brandão 1937-1941.

sob pena prestiti Juramenti / & quanto aos lentes & doutores. se lhes mande / q sejam presentes sob a pena pecuniaria q a / elle Reitor q ao presente he & aos q ao diante / forem bem parecer & per esta maneira açei/taraõ a dita Carta declarando q se não obri/gassem. os estudantes nem os lentes & doutores sob pena prestiti Juramenti. por não cairem em perjuros/ senão polla maneira sobredita / e quanto a oração /asentouse q se faça a tarde as quatro oras, q he mais / cõveniente por se não perder officio de polla minhãa.¹³

D. João III mandou também um officio aos bispos e aos provinciais dos mosteiros a solicitar uma biografia da rainha, referindo expressamente a fonte que deveria ser utilizada, a *Lenda da Rainha Santa Isabel*:

“Portaria ordenando em nome d’el-rey D. João III que se escrevam cartas aos bispos do reino, ao provincial dos conventuaes e à abadessa de Santa Clara de Coimbra, com instrucções minuciosas, a fim de se dar completa execução ao rescripto da santa sé, que permittiu em todo Portugal o culto religioso da bemaventurada rainha D. Isabel

(Julho de 1556).

Sor – Manda ElRey nosso sor que se escreua aos bispos como sua alteza ouue dosancto padre bulla p^a se poder rezar em todos seus Regnos da R^a sancta Jsabel que esta sepoltada em sta crara de coymbra e p^a della poder auer em todas as igrejas e most.ros deseus Regnos capella altar e jimagem dadita R^a como verão pollo trelado da bulla que lhe envia que lhe encomenda em que a fação anoteficar e guardar (...).

Item carta ao provincial dos conventuais que se enforme das missas que se dizem ordinariamente polla R^a sta E que ordene como se digão daqui em diãnte, della cõ comemoração polla alma delRey dô dinis e dos mays segdo ordenança dadita R^a sta (...). E que procure de auer em hum liuro toda a lenda da dita R^a E todos os milagres que deus por ella fez e faz de que ha memoria autentica no conuento de sta crara e faça treladar fielmente o liuro de sua historia por enteyro/. E se ouuer alguma Imagem della que elle possa trazer e que já não faça falta p^a por ella mãdar ca fazer outras./ E assi se a alguma relíquia della fora desua sepultura / E tudo isto cõ deligencia. / outra da mesma matéria a abb^a fazendo mencão do que escreue sobre o caso ao p.e provincial (...)¹⁴”.

¹³ Brandão 1924-1933: 2º, VIII e IX

¹⁴ Vasconcelos 1891-1894: II, 63.

2.

No espaço de quatro anos foram compostas três biografias, com o objectivo de cumprir a solicitação régia de “auer em hum liuro toda a lenda da dita R^a E todos os milagres que deus por ella fez e faz de que ha memoria autentica no conuento de sta crara e faça treladar fielmente o liuro de sua historia por enteyro”:

- *De Vita et Moribus Beatae Elisabethae Lusitaniae Reginae* do padre jesuíta Pedro João Perpinhão, redigida entre 1557-1561, mas só publicada em Colónia em 1609.
- *Vida e milagres da gloriosa Raynha sancta Ysabel, molher do catholico Rey dom Dinis sexto de Portugal*, editada pelos mordomos da Confraria da Rainha Santa Isabel, em 1560.
- “Vida da Bemaventurada sancta Isabel Raynha de Portugal”, de Frei Marcos de Lisboa, inclusa na Segunda Parte das suas *Chronicas da Ordem dos Frades Menores*, obra publicada em Lisboa em 1562.

2.1

O primeiro a pôr em prática as solicitações do rei foi Pedro Perpinhão, jovem professor e orador do Colégio das Artes¹⁵. Começou por ser o primeiro padre jesuíta a compor e pronunciar a oração comemorativa da morte da Rainha Santa, em 1557, instituída por D. João III para o referido Colégio (vd. *supra*); foi tão bom o seu desempenho que foi escolhido também para compor as dos dois anos seguintes, 1558 e 1559¹⁶. Desta incumbência resultaram as *Laudationis in Beatam Elisabetham Lusitaniae Reginam libri tres*¹⁷. Para esta tarefa, documentou-se exaustivamente, tanto no espólio existente em Santa Clara, como nas crónicas de autores portugueses. A informação recolhida para as orações serviu-lhe também para compor uma biografia da Rainha, em latim, correspondendo, assim à solicitação de D. João III, na

¹⁵ Toipa 2011: 405-425.

¹⁶ Outros padres jesuítas cumpriram esta ordem de D. João III, nos anos que se seguiram, como se pode constatar da consulta dos códices nº 3309 da Biblioteca Nacional de Portugal e nº 993 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, nos quais estão também antologiadadas, além das orações, numerosas composições em verso, como elegias e epigramas, celebrando a rainha, escritas pelos padres do Colégio, para esta e outras ocasiões festivas, e que eram afixadas nas paredes da escola; também ali estão antologiadadas algumas de Perpinhão.

¹⁷ Perpiniani 1749: II, 1-162.

carta (vd. *supra*) enviada aos bispos e provinciais dos mosteiros, intitulada *De Vita et Moribus B. Elisabethae Lusitaniae Reginae libri III*¹⁸, terminada provavelmente em 1561¹⁹. Esta sua biografia, a primeira escrita em latim, foi a mais completa composta até essa data, entre todas as que existiam; no entanto, só foi publicada em 1609, em Colónia, tendo sido, porém, registada anteriormente nos documentos dos jesuítas do Colégio das Artes como se pode verificar pela consulta do códice nº 993 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, *Rerum scholasticarum quae a patribus ac fratribus huius Conimbricensis Collegii scripta sunt tomus secundus*, ff. 5r-54v.

Perpinhão recorreu exaustivamente à *Lenda*, tanto para as orações como para a biografia; refere-a por várias vezes e não ignora ou omite qualquer informação veiculada por ela, se bem que, pontualmente, se permita questioná-la, apresentar dúvidas (por exemplo, sobre a identidade dos pretendentes inglês e francês à mão da ainda infanta de Aragão), apontar erros e até criticar o estilo rude em que está escrita²⁰. Esta é, no entanto, a sua fonte preferida, a mais valorizada, aquela em que deposita a maior confiança e cuja informação é reproduzida na totalidade e seguida com fidelidade. Se algo do que narra não consta dessa obra, refere-o explicitamente, revelando a fonte utilizada (é o caso do relato do milagre das rosas, que não consta da *Lenda*, nem de outra fonte escrita conhecida de Perpinhão, e que este apresenta como recolhida da tradição oral²¹), ou, se apresenta uma versão diferente, compara-a com aquela (é o caso, por exemplo, da peregrinação da

¹⁸ Perpiniani 1749: II, 163-391.

¹⁹ No texto da monografia, há referências a acontecimentos de 1560, como por exemplo, a fundação da Confraria da Rainha Santa Isabel. Mas, no final do texto, dá uma notícia de Évora, referindo ter visto aí testemunhos de um milagre, ocorrido, segundo as suas palavras, “no começo da Primavera”, “ineunte uere”, já de 1561. Perpinhão foi para Évora provavelmente em finais de 1560, antes de ser enviado para Roma, em Julho de 1561. (vd. Rodrigues 1917: 184. Baseia esta sua afirmação na correspondência dos padres Nadal e Laynez: MHSI, *Epist. Nadal*, I, 148 e *Mon. Lainii*, V, 218, VI, 66, 148).

²⁰ Ao falar dos pretendentes à mão de D. Isabel e das inexactidões de alguns historiadores, diz:

Mas, muito depois, o rei Jaime, irmão de Isabel, apaziguados já os ânimos, tendo-o solicitado ao Pontífice Máximo, deu em casamento, para o futuro, ao rei Roberto, a outra irmã, Violante, pelos motivos de que já falámos. E isto talvez tenha induzido em erro o autor daquela história, quem quer que tenha sido, que, digna de veneração pela antiguidade, é certo, mas inculca e hórrida pelas palavras, se conserva no Mosteiro de Santa Clara, em Coimbra. (Perpiniani 1749: 192)

²¹ Perpiniani 1749: I 215-216.

Rainha a Santiago de Compostela, contada de forma diferente pela *Lenda* e por Rui de Pina²²). Os próprios discursos ficcionados introduzidos no seu texto, processo retórico frequente na historiografia antiga e medieval, já ali se encontravam. Compare-se, como exemplo, este discurso de D. Pedro de Aragão, ao despedir-se de sua filha, D. Isabel, quando esta se dirigiu para Portugal, para se juntar ao seu marido:

<i>Lenda</i>	<i>De Vita (...)</i>
- Filha, Deus, que te chamou pera este casamento e te guardou pera sair em nome de rainha de minha casa, ele te queira guardar de embargo em este caminho. E entom em terra de Valença começaram seu caminho pera Portugal. Elrey saio com sa filha e abraçava-a e chorava, dizendo: - Vistes omeem de tam pouco recado aver de partir de si pera nunca veer a cousa do mundo que melhor quer e mais amada? E, benzendo-a por vezes e dizendo: - Filha, tu vaas pera outra terra; eu emtanto te tenho por entenduda e castigada, que nom sei mais que te conselhe, ca dos teus dias nom senço creatura atam comprida e bem entenduda.²³	Partiram finalmente da cidade, acompanhando Pedro a sua filha até ao ponto mais afastado que pôde, pela ternura singular que por ela tinha; e, com lágrimas abundantes, dizia que a ninguém, alguma vez, faltara mais do que a si próprio a sabedoria para deliberar, ao permitir que fosse afastado de si para sempre, o seu bem mais caro e precioso entre todos. Chegaram às fronteiras de Castela. O rei, como não lhe era permitido avançar para mais longe, por muito tempo falou com Isabel, longe de testemunhas. De seguida, abraçando-a, como já não podia conter mais as lágrimas de pai, aquele antes invencível espírito disse: - Filha, eis que chega a hora de nos deixares, bem como à tua pátria; partes para outras terras, ainda que para junto de um marido ilustre, mas para viveres entre estrangeiros e desconhecidos. É necessário muito juízo para ganhares para ti os corações de todos e para conquistares a sua simpatia e benevolência. Mas eu conheci, em todas as situações, uma tal prudência em ti, que penso que não te vão fazer falta nem os meus ensinamentos, nem os meus conselhos. Aquele Deus Ótimo e Máximo que, por um secreto e oculto desígnio, te reservou para estas núpcias e fez com que chegasses, ainda em minha casa, ao nome de Rainha, proteger-te-á, com a sua vontade e poder, neste caminho encetado e permitirá que sejas conduzida incólume até junto do teu marido. Ele, aqui, na pátria, sempre te amou; Ele tornou-te amável e graciosa para todos; Ele mesmo queira que esta partida seja faustosa e feliz e esteja contigo perpetuamente naquelas paragens; Ele mesmo modere e reja toda a tua vida, para seres agradável a todos os homens, mas mais agradável a Ele mesmo; e faça que entre ti e o teu marido haja uma ótima convivência, até à última velhice. Dizendo estas palavras, a chorar, mandou partir a chorosa menina, desejando boa sorte àquela que partia, segundo o costume pátrio e a lei, e regressou à cidade, triste e infeliz²⁴.

²² Toipa 2014b: 185-206.

²³ Nunes 1921: 1314.

²⁴ Perpiniani 1749: II 195-196.

A linha orientadora do seu relato segue a desta obra, na ordenação das informações ou no destaque dado a algum aspecto em particular, excepto no que diz respeito à narração dos milagres que são atribuídos à intercessão da rainha; com efeito, estes aparecem antologizados no final da exposição biográfica daquela primeira obra, mesmo aqueles que terão ocorrido em vida da rainha; Perpinhão, por seu lado, opta, no seu texto, por apresentá-los por ordem cronológica, sem esquecer nenhum, situando-os, na biografia, no momento em que, com verosimilhança, poderão ter acontecido; segue, assim, os preceitos dos historiadores da Antiguidade, de obedecer à ordem cronológica.

As informações da *Lenda* são, porém, muito expandidas e aprofundadas na biografia de Perpinhão, com o recurso a outras fontes: aos cronistas portugueses, castelhanos e aragoneses, por exemplo, quando descreve exaustivamente a linhagem da Rainha²⁵ ou as várias situações de conflito em que D. Isabel interveio como pacificadora, dando particular relevo ao que opôs D. Dinis a seu filho, que ocupa grande parte do segundo livro²⁶; para desenvolvimento deste último episódio, recorreu às crónicas de Rui de Pina e, eventualmente, à *Crónica de 1419*, não omitindo nenhuma das suas informações, adoptando, mesmo, o ponto de vista de Rui de Pina de reprovação das atitudes do infante perante o pai. Mas utiliza também documentos do cartório de Santa Clara, facultados pela abadessa, que inclui na sua obra, depois de traduzidos para latim, como as cartas atestando curas milagrosas ocorridas graças à intercessão da Rainha (vd. *infra*), e do próprio Colégio, como o decreto régio, igualmente traduzido para latim, que institui a apresentação anual, no dia da Rainha, de uma oração composta por um professor da instituição (vd. *supra*); e recorre, ainda, a tradições, experiência e testemunho pessoal, descrevendo cidades onde viveu ou por onde passou e locais que visitou, como Coimbra e o Mosteiro de Santa Clara²⁷, ainda em plena actividade.

Não se limita geralmente a relatar o que está na *Lenda*; quando se trata de algo maravilhoso, sobrenatural ou não documentado naquela obra, deixa, por vezes, ao leitor a opção de acreditar ou não. Fá-lo, por exemplo, com o milagre das rosas, que não consta daquela obra, e com o episódio do eremita que, um dia, saiu ao caminho da comitiva real, na Azambuja, e

²⁵ Toipa 2014: 367-388.

²⁶ Toipa 2012b: 283-300; Toipa 2012a: 27-56.

²⁷ Toipa 2009: 225-239.

disse à rainha que lhe aparecera, numa visão, a filha, D. Constança, rainha de Castela, recentemente falecida; nessa aparição ao eremita, ela pedia à mãe que mandasse realizar missas, durante um ano, a um sacerdote casto, para poder passar do Purgatório para o Paraíso; a rainha assim fez e, completo esse ano, D. Isabel sonhou com a filha que lhe anunciava estar já no Paraíso. Perpinhão, depois de relatar pormenorizadamente todo o episódio, seguindo de perto a versão da *Lenda*, conclui:

“Se alguém for tão convicto do seu direito e da sua opinião que não possa ser levado a acreditar nisto, esse considere que, neste caso, eu a ninguém quero impor e obrigar à minha crença, mas apenas expor aquilo que é transmitido pelas letras mais antigas, não considerando inacreditável nada do que, transmitido aos vindouros por varões dignos de crédito, se conjugue optimamente com as opiniões dos padres, com os seus preceitos e os seus decretos.”²⁸

Perpinhão deixa ao leitor mais céptico, que tenha dúvidas sobre esta visão, a decisão de acreditar ou não, mas argumenta, desenvolvendo o relato simples da fonte utilizada, as opiniões dos doutores da Igreja sobre a questão, que sustentam a sua possibilidade. Esta posição reforça a sua confiança nas fontes escritas e, apesar de não forçar ninguém a crer, justifica o acontecido fundamentando-se nos pareceres das autoridades religiosas.

Pedro Perpinhão fundamenta também o seu relato de acontecimentos mais recentes em documentos do cartório de Santa Clara, que traduz para latim, e na sua própria experiência²⁹. Dá, também, informações actualizadas sobre as instituições e construções fundadas pela rainha e faz o ponto da situação em que se encontram, como é o caso do Hospital dos Inocentes,

²⁸ Perpiniani 1749: 259-262.

²⁹ Perpinhão inclui na sua biografia, por exemplo, duas cartas dirigidas à abadessa de Santa Clara com relatos dos milagres mais recentes (vd. *infra*) que, depois, são atestados notarialmente. Depois de transcrever a primeira, acrescenta:

O teólogo Diogo de Paiva leu, do púlpito, esta carta que lhe fora convenientemente entregue antes do sermão, na igreja de Santa Clara, perante grande multidão de todas as ordens. E pregando um grande sermão, com grande veemência, contra os novos heresiarcas, inflamou entusiasticamente com o seu discurso todo o povo, no sentido de venerar os santos. Mas, de seguida, por ordem de João Soares, Bispo de Coimbra, para que, com maior autoridade chegasse a todos os vindouros, com testemunhos legítimos, tudo foi relatado em escrituras públicas. Tenho em meu poder um exemplar dessas escrituras que me foi enviado. (Perpiniani 1749: III 386.)

para órfãos, criado pela rainha e pelo Bispo da Guarda D. Martinho, em Santarém. Depois de relatar o processo de criação e funcionamento, diz:

“Nos dias de hoje, aquela casa foi suprimida, ou melhor, foi transformada, com outras desta natureza que alguma vez existiram na mesma cidade, num único hospital público, muito grande e muito amplo. Com efeito, o Rei Manuel, porque pensava que isso seria de longe mais cómodo, solicitou ao sumo Pontífice Inocêncio VIII que, em todas as cidades e castelos da Lusitânia, fosse criada uma só instituição pública para receber e curar os pobres, para a qual fossem encaminhados os proventos e benefícios de todas as outras, para que, por esta determinação, só essa sustentasse os encargos de todas³⁰. Por isso, fez-se crescer um hospital enorme, onde os pobres, afectados seja por que doença for, são tratados cuidadosa e piedosamente também com os recursos daquele antigo orfanato, que fora edificado por Isabel. Assim recebeu as mesmas funções e tarefas, que são incansável e fielmente administradas pelos varões mais religiosos.

Ainda agora persistem, todavia, vestígios claros da beneficência régia. Naquela zona da cidade que os cidadãos designam Piro (está atribuída, porém, à paróquia de Santo Estêvão), vê-se um templo não pequeno, consagrado à B. Virgem Maria e aos Santos Inocentes, que, outrora, antes de excitado o tumulto das armas originado pelo Rei Fernando, junto da porta de Leiria, fora das muralhas, se chamava orfanato dos Inocentes³¹”.

Perpinhão inclui, no seu relato, todos os milagres que constam da *Lenda* e das crónicas dos reis portugueses, bem como os mais recentes, registados cartas; entre as biografias referidas acima, esta é o única que relata o seguinte milagre:

“Nesse mesmo ano (sc.1560), no mês de Novembro, aconteceu outra situação absolutamente grandiosa e não sei se não será, de longe, mais admirável do que todas as anteriores. Com efeito, Catarina, filha de Fernando, cidadão de Coimbra, senhora de grande linhagem, afectada por uma doença prolongada, e quase dominada por ela, com o auxílio de Santa Isabel, foi arrancada como que de uma morte que se arrastava; por esta razão, uma vez que o seu filho escreveu uma carta suficientemente pormenorizada do recente acontecimento a

³⁰ No século XV, esta instituição, por determinação de D. Manuel, foi incorporada no Hospital de Jesus Cristo, anexo à Misericórdia local (Andrade 2012: 207 e segs.).

³¹ Perpiniati 1749: 221-222.

Maria Meneses, que é abadessa da congregação de Santa Clara, transcrevemo-la abaixo, para que, por ela, se perceba o que aconteceu e como.

“António Afonso a Maria de Meneses, Abadessa do Mosteiro de Santa Clara, envia muitas saudações.

São grandiosas e evidentes as coisas que Deus faz muitas vezes, da forma mais maravilhosa, obedecendo à vontade de suplicantes superiores. Eu, com efeito, sacerdote na freguesia de S. João, tenho a minha mãe de idade já avançada, a qual sofre, vai para sete anos, de uma grave e perigosa doença. Afirmavam os médicos que a tratavam que não havia cura para tamanho mal, a não ser que fosse providenciada de forma divina. Por isso, desesperando dos médicos, mas tendo grande esperança na Rainha Santa Isabel, nossa concidadã, por cujos bons serviços Deus Ótimo e Máximo faz tantas coisas para além do natural, nela depositou a sua esperança, com grande sentido na alma. Eu próprio celebrei algumas missas; ela mesma ungiu o corpo com azeite da lâmpada pendente diante do seu sepulcro, suplicando para obter de Deus, na qualidade de benefício e graça, que, por estar tão gravemente atingida por tão insanável mal e atormentada por uma dor tão intolerável, ou que Ele lhe devolvesse a saúde, ou que a chamasse finalmente para si, deixando tantas tribulações. É a seguinte a natureza desta doença: há seis anos e um mês a esta parte, a sua barriga inchou de tal maneira que não podia tocar o umbigo com a mão; mas agora, não tendo deixado de rezar à Rainha Isabel, nos últimos dias, isto é, a 3 das calendas de Dezembro, tendo sido levada para o sol, quando se aquecia, de súbito, foi invadida por uma grande dor. Como, invocando muitas vezes a santíssima Rainha, fosse reconduzida a casa e colocada no leito, de repente, saiu-lhe do corpo uma tão grande quantidade de água que parecia um rio, e esse fluxo durou-lhe até ao oitavo dia antes dos idos de Dezembro; durante todo este período de tempo, lançou no mínimo três recipientes de líquido; desde essa altura, começou a levantar-se do leito e, de dia para dia, ia ficando melhor, de modo que, entretanto, agora já caminha. Espero que dentro de dois dias vá agradecer a Santa Isabel, através da qual alcançou tão insigne benefício. Todos estes médicos tinham perdido a esperança na sua salvação, primeiro, Afonso Guevara, tão experiente nas operações, depois, Jorge de Sá, Cosino Lopes e o seu irmão Pedrosa, Amador Rodrigo, que já morreu, e Simão Dias³². E se mais médicos houvesse nesta cidade, apesar de eu ser de pouquíssimos recursos e da mais inferior condição entre os sacerdotes, mais médicos eu consultaria. Com efeito, sinto que, de maneira nenhuma, poderia fazer

³² Médicos de Coimbra, contemporâneos de Perpinhão.

outro agradecimento à altura de minha mãe. Se for necessário conhecer a largura da túnica que usava sobre aquele inchaço, conserva-se entre nós; não faltarão testemunhas sérias e devotas para comprovar isto que dizemos, se for necessário, para que a divina vontade seja tida em maior respeito, e nós, em todas as tribulações e perigos das doenças, recorramos a Isabel, que já frui de vida bem-aventurada, como patrona que aplacará a ira de Deus. Oxalá que ela, por ti e pelas jovens que te foram entregues para a regra, suplique a Deus para que vos guarde por muito tempo, em corpo e alma, salvas e incólumes.”

Estas coisas escreveu-as aquele que as vira, as quais, depois, no princípio de Janeiro, por determinação do mesmo Pontífice Conimbricense, diligentemente inquiridas e esclarecidas, confirmadas pelo juramento religioso de numerosas testemunhas, foram relatadas numa carta pública, da qual eu li uma cópia que me foi enviada, tal como das anteriores.³³

Manifesta-se inequivocamente em Perpinhão, na esteira da *Lenda*, o desejo de registar para a posteridade e compilar todas as situações passíveis de levar a rainha à canonização: a sua piedade e devoção; os seus esforços em prol da paz entre os seus contemporâneos; a sua acção social junto dos desprotegidos; o seu espírito de paciência, nomeadamente perante o comportamento do marido, no conflito que o opôs ao filho e nas suas infidelidades; o seu apoio a todos os sectores da população, em geral.

2. 2.

Os mordomos da Confraria da Rainha Santa Isabel, fundada em 1560, em Coimbra, fizeram publicar, por sugestão da abadessa do mosteiro de Santa Clara, D. Ana de Meneses, uma biografia de D. Isabel, *Vida e milagres da gloriosa Raynha sancta Ysabel, molher do catholico Rey dom Dinis sexto de Portugal*. Fora composta para corresponder às solicitações acima referidas de D. João III, já falecido quando da impressão da obra, que tinha a intenção de prosseguir os esforços dos seus antecessores com vista à canonização:

“E pera ficar a todos aceyta a offerecemos a V. A.. E lhe pedimos que pera esta confraria ser de todos venerada, a receba com aquella vontade que el Rey nosso senhor que está em glória o fizera, e com que procurou com V. A. illustrar sua vida e obras com sua canonização”.

³³ Perpiniani 1749: 387-388.

O autor³⁴ desta *Vida* seguiu as indicações do rei, expressas no ofício acima referido, recorrendo à biografia existente em Santa Clara e a outra documentação na posse da abadessa, tal como Perpinhão; ele próprio o diz no mesmo preâmbulo:

“Depoys de sermos eleytos Modomos da confraria da gloriosa sancta Ysabel Raynha de Portugal e vermos a multidão de merces, que nosso señor faz por seu meyo a estes reynos. E a sua sanctissima vida tã pouco manifesta ao mundo, determinamos pera gloria sua, e louuor de nosso senhor reuoluer e buscar nas cronicas antigas dos catolicos reys de Portugal, e no cartorio de sancta Clara de Coymbra, e nos seus testamentos, o que mays com verdade a declarase. Como V. A. pode ver por este liuro de sua vida que lhe offerecemos, certificandolhe que ho mays della foy tirado da que as madres de sancta Clara de Coymbra entre sy tem, mal escrita, e com palauras antigas que a não deyxam entender”.

Como refere nesta passagem do preâmbulo, o autor da *Vida* consultou e utilizou, pois, a biografia existente em Santa Clara acima mencionada, apesar de o não ter feito tão exaustivamente como Pedro Perpinhão. O fio condutor é aquela primeira obra composta sobre a rainha, de 1336, mas abrevia muito as suas informações, evitando os seus inúmeros detalhes e minúcias. Está escrita, como intenção expressa do autor, de forma mais actual para a época e mais clara, uma vez que aquela estava “mal escrita, e com palauras antigas que a não deyxam entender”³⁵. Divide-a em capítulos cujos títulos facilitam a compreensão e agilizam a compreensão; vai intercalando comentários e opiniões abonatórios sobre a rainha. Apesar de abreviar as informações da fonte, não omite as informações mais importantes veiculadas por ela; acrescenta, isso sim, no final, para complementar o relato, informação mais recente, nomeadamente os registos dos milagres ocorridos em épocas mais próximas, informação essa que lhe é facultada principalmente pela documentação cedida pela abadessa de Santa Clara; ao contrário de Perpinhão, no entanto, não transcreve a documentação. Os outros milagres, tê-los-á recolhido da tradição popular.

Apresenta, como Perpinhão, mas de forma muito mais sucinta do que este, algumas notas de actualidade, revelando, por exemplo, a situação

³⁴ Diogo Afonso, secretário do cardeal infante D. Afonso, filho de D. Manuel, segundo Figueiredo 1995: 74-75.

³⁵ Também Perpinhão manifesta esta opinião sobre a *Lenda* (vd. nota 19)

em que se encontravam, em 1560, algumas construções e iniciativas de D. Isabel. Sobre a derrocada do paço régio construído por esta junto do mosteiro de Santa Clara, para poder acompanhar as obras, primeiro, e, depois, a comunidade de freiras, dizem:

<i>De Vita...</i>	<i>Vida...</i>
Esta casa permaneceu de pé até à nossa época, durante cerca de duzentos e trinta e três anos, e de algum modo sucedeu que, graças ao cuidado e providência de Deus, não ruiu tão insigne monumento da sua religiosidade e santidade, antes de ser imortalizado pelas letras de muitos. Pelo que, em verdade, durante todo esse tempo, existiu aquele abrigo para os homens pobres e desgraçados, para onde eles corriam a abrigar-se das injúrias do céu, suficientemente aberto e muitíssimo oportuno, de modo que, aqueles que ela, vivendo, protegera com todo o zelo, a esses, de igual modo, depois de morta, oferecia um porto de abrigo. No ano de Cristo Salvador de mil quinhentos e cinquenta e nove, tendo todo este facto sido, por nós, trazido à luz, no verão anterior, numa outra oração sobre os feitos da rainha, antes de se ter dito a terceira, que foi a última, no começo da Primavera, na noite que antecedeu o feriado de S. Matias, por estar não só consumida pela decrepitude por ninguém restaurada, mas também abalada com as abundantes e frequentes chuvas do último inverno, sem inquilinos, ruiu, em grande parte, como se soubesse que, por um lado, desempenhara completamente a sua tarefa, e, por outro, sentisse que albergava habitantes outrora queridíssimos a Isabel.³⁶ Com efeito, na véspera desse dia, abrindo fendas, tal como antes de uma ruína anunciada, deu sinal a todos para que partissem para outro lugar, antes que fossem esmagados; mas, um rapaz que permanecera sozinho com um burro nos aposentos interiores, como as traves se erguessem como que voluntariamente do solo para a outra parede que estava de pé, à maneira de uma grade, e sustentassem o peso do tecto a ruir, de tal forma suave o conservou que, ao limpar-se logo o lugar, graças à rápida diligência de muitos, foi tirado coberto de pó, é verdade, mas completamente intacto, aquele que todos suspeitavam estar completamente esmagado.³⁷	Na era de 1559, aos 23 dias do mes de Feuereyro antes da meya noite cayrã parte dos paços que a gloriosa raynha mandou fazer, e debaxo estava muytos seruidores do mosteiro de sancta Clara e sancta Ysabel, e azeme-las, e crianças que ficarã dentro. E milagrosamente com cayrem nam empeco em cousa alguma.³⁸

³⁶ Perpinhão residia em Coimbra, nessa data, e teve conhecimento pessoal desse acontecimento; aqui, a sua fonte é o seu próprio testemunho presencial. A derrocada ocorreu em 23 de Fevereiro de 1559, como refere, entre as suas duas últimas orações de sapiência: a segunda, de 1558, e a terceira, de 1559, que ainda não tinha sido pronunciada. Com esta datação, Perpinhão situa a contrução desta casa régia no ano de 1326. Nas recentes escavações arqueológicas pouco se encontrou desse edifício, à excepção de duas janelas no muro da cerca. Pode ver-se uma reconstituição hipotética dessa construção em Macedo 2006: 861.

³⁷ Perpiniani 1749: 309-310.

³⁸ Vida 1560: 55

Ou sobre o número de freiras em Santa Clara, nesse período:

<i>De Vita...</i>	<i>Vida...</i>
Não faltou a tão piedoso trabalho e a esta tamanha largueza a divina vontade; e teve esta situação um tão grande desenvolvimento como o que, tanto tempo antes, lhe providenciara aquele ilustre espírito. Na verdade, cem mulheres veteranas, obrigadas e ligadas a votos solenes, ritualmente veladas de negro, e cinquenta noviças, com o tempo do noviciado ainda não completo, flor da nobreza lusitana, fechadas naquele convento na mais severa disciplina, vivem casta e religiosamente em grande consideração pela virtude e castidade. A estas servem-nas, entre as paredes sagradas, trinta mulheres, outras tantas, ou um pouco mais, fora ³⁹ . Creio, na verdade, que lá no céu, entre os seres celestiais, a Rainha se enche de alegria, não só pelo seu número, mas também pela integridade e modéstia, ela que, se ainda vivesse, uma vez que nisso punha todo o entusiasmo e empenho do seu amor, seria inundada com inacreditável prazer. ⁴⁰	E eram já neste tempo mayns de cincoenta que em nobreza e virtude nenhum mosteiro lhe fazia ventage, o que inda nos nossos tempos florece, que com serem quasi noventa religiosas, as setenta que no lugar das primeiras da fundaçam da Raynha sancta entraram sam a nobreza e fidalguia de Portugal, e todas as noventa de muy acabada perfeiçã e virtude, que bem mostra serem fruyto daquelas sanctissimas rayzes lâçadas por a gloriosa raynha (...) ⁴¹

Destas duas narrativas, a *Vida* editada pelos mordomos foi publicada antes da de Perpinhão estar terminada; dada à estampa em 15 de julho de 1560, já não inclui três milagres de que Diogo de Paiva, Doutor em Teologia, pregando no dia da festa da Rainha Santa, deu notícia, em pleno púlpito; eles são acrescentados posteriormente em adenda à referida obra,

³⁹ Em 1328, D. Isabel fixara o número de freiras que devia existir no mosteiro em 50, que não devia diminuir, antes, aumentar. Perpinhão refere, para a época em que o conheceu, 100 freiras e 50 noviças; na mesma altura, o autor da *Vida* dos mordomos, contabiliza 90. Perpinhão chama-lhes “a flor da nobreza portuguesa”; com efeito, às primeiras clarissas, juntaram-se algumas damas do paço e muitas outras senhoras ilustres, pertencentes à nobreza de Portugal, Castela e Aragão, e mesmo à casa real, como é o caso de D. Isabel de Cardona, sobrinha de Santa Isabel, e, mais tarde, da Princesa Joana, filha de D. Afonso V que, tendo preferido o Mosteiro de Jesus de Aveiro, se acolheu em Santa Clara quando ali grassou a peste, ou ainda de D. Joana de Castela, a “Excelente Senhora” que, recolhida por imposições políticas, no mosteiro de Santarém, também se refugiou em Santa Clara de Coimbra, onde tomou votos em 1480, regressando pouco depois a Santarém. O facto de a maioria das clarissas que viveram em Santa Clara provir das classes superiores da sociedade secular era previsível, devido ao exemplo da sua fundadora.

⁴⁰ Perpiniani 1749: 333-334.

⁴¹ *Vida* 1560: 37-38.

juntamente com o Compromisso dos Confrades da Confraria da Rainha Santa Isabel e com a transcrição das indulgências concedidas pelo Papa à mesma rainha. A biografia de Perpinhão não só inclui esses três milagres relacionados com três religiosas de Coimbra, atestados pelas abadessas dos respectivos mosteiros, cujas cartas traduz para latim e transcreve, como acrescenta ainda outros posteriores, pelo que terá terminado a sua obra pouco antes de Julho de 1561, altura em que foi enviado para Roma, para o Colégio da Companhia.

2.3.

Fr. Marcos de Lisboa, de Ordem dos Frades Menores, compôs a crónica da sua instituição, reservando os capítulos XXVI a XXXII do livro oitavo da Parte Segunda à Rainha Santa Isabel. A principal fonte consultada e utilizada é a *Lenda*, tal como está indicado no título: “Vida de bemaventurada sancta Isabel Raynha de Portugal, a qual viveo e morreo no habito do Padre S. Francisco, e foy tirada esta historia de hum liuro antigo e authenticico, que largamente contem a vida e milagres desta Raynha santa, que está em sancta Clara de Coimbra, onde estão suas reliquias.”⁴²

O autor segue-a fielmente, mas abreviando-a como seria necessário numa obra deste natureza; contém todas as informações essenciais apresentadas de uma forma sucinta e sem pormenores. Para além desta informação fundamentada, recorre também às informações da abadessa de Santa Clara e à tradição popular; no primeiro caso, por exemplo, menciona brevemente os milagres ocorridos em 1560 que envolveram religiosas de Coimbra, também relatados pelas biografias anteriores, mas sem especificar o tipo de cura ou os nomes das miraculadas; no segundo, apresenta os milagres, também incluídos nas biografias anteriores, mas provenientes da tradição, uma vez que não constam da *Lenda*, ou de outras fontes escritas conhecidas. É o caso do milagre das rosas, que é incluído nas três biografias, mas que só Perpinhão refere com reservas, dizendo que nunca o tinha encontrado por escrito, apenas visto num quadro que existia em Santa Clara.

Todos os relatos de milagres das outras duas biografias constam da obra de Perpinhão, mas o inverso não se verifica, sendo a narrativa de Fr. Marcos de Lisboa a menos completa. Há, no entanto, um acontecimento peculiar na vida da rainha que não consta da *Lenda* e que Perpinhão não menciona, nem na biografia, nem nas orações, mas que também está relatado

⁴² Lisboa 1562: 210.

na *Vida* dos mordomos: envolve dois pagens, um da casa da rainha, outro da casa do rei; este último, invejoso dos privilégios do primeiro, resolve intrigá-lo junto do rei e acaba por morrer, de forma estranha, vítima das suas acções. Talvez Perpinhão o não tenha incluído por considerá-lo pouco próprio do perfil da Rainha e, por isso, pouco verosímil.

3.

Algumas fontes utilizadas na composição destes relatos da vida e obra de Santa Isabel são comuns aos três: a *Lenda da Rainha Santa Isabel*, a documentação da abadessa de Santa Clara, com o relato dos milagres recentes, a tradição. Não foram tratadas, no entanto, da mesma maneira pelos três: Perpinhão utilizou, de forma exaustiva, toda a informação disponível, traduzindo-a para latim, nomeadamente os decretos régios, as cartas da abadessa ou os relatos das testemunhas dos milagres, complementando-a, ainda, com crónicas de historiadores peninsulares e com a experiência pessoal, descrevendo monumentos, cidades ou quadros. Os outros dois relatos condensaram a *Lenda*, no caso de Fr. Marcos de Lisboa, reduzindo-a mesmo ao essencial.

Perpinhão não leu as obras dos outros autores seus contemporâneos e estes não leram a sua, pois só foi publicada em Colónia em 1609. Perpinhão consultou mais fontes, acrescentou relatos de outros milagres e foi muito mais exaustivo, compondo, em latim, a mais completa biografia da Rainha à época. Não há informação que conste nos outros dois autores que Perpinhão não tenha; pelo contrário, numa versão muito mais longa que as dos seus contemporâneos, Perpinhão aprofunda muito mais a narrativa.

Pelo rigor com que escreveu, pela preferência por testemunhos escritos, pela transcrição dos próprios documentos, pelo espírito crítico que fez transparecer na sua pesquisa e selecção de informação, Perpinhão mostrou levar muito a sério não só o propósito do rei, como também o desejo de deixar uma imagem de uma rainha empenhada em causas sociais, políticas e religiosas, actuante, defensora dos seus e dos mais desprotegidos, culta, de grande piedade e devoção esclarecida, a quem os súbditos recorrem em busca de socorro, tanto durante a sua vida, como após a sua morte, uma Rainha Santa.

Bibliografia

- Andrade, M. F. (2012), *Rainha Santa, mãe exemplar. Isabel de Aragão*. Lisboa.
- Brandão, Fr. F. (1672), *Monarquia Lusitana*. Parte VI. Lisboa.
- Brandão, M. (1924-1933). *O Colégio das Artes*, Coimbra.
- Brandão, M. (1937-1941), *Documentos de D. João III*. Coimbra.
- Calado, A. A. (1998), *Crónica de Portugal de 1419. Edição crítica com Introdução e Notas*. Aveiro.
- Lisboa, Fr. M (1562), *Parte Segunda das Chronicas da Ordem dos Frades Menores*. Lisboa.
- Figueiredo, A. (1995), “Diogo Afonso”, in *Biblos-Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. Lisboa/S. Paulo: 74-75.
- Macedo, F. P. (2006), *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, singular mosteiro mendicante*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada. Coimbra.
- Nunes, José Joaquim (1921), “Vida e milagres de Dona Isabel, Rainha de Portugal. Texto do século XIV restituído à presumível forma primitiva”. *Boletim da Classe de Letras*, 13: 1292-1304 (*Introdução*) e 13: 1307-1384 (*Livro que fala da boa vida que fez a Rainha de Portugal, Dona Isabel, e dos seus boons feitos e milagres em sa vida e depouys da morte*).
- Perpiniani, P. I. (1749), *Opera*, Tomo II. Roma.
- Pina, R. (1977), *Crónicas D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto.
- Rodrigues, F. (1917) *A formação intelectual do Jesuíta*. Porto.
- Teixeira, A. J. (1899), *Documentos para a história dos Jesuítas em Portugal*, Coimbra.
- Toipa, H.C. (2009), “Três momentos na existência do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha”, *Humanitas* 61: 225-239.
- Toipa, H.C. (2011), “O percurso de Pedro João Perpinhão, em Portugal”, *Humanitas* 63: 405-425.
- Toipa, H.C. (2012a), “As fontes históricas do *De uita et moribus B. Elisabethae Lusitanae Reginae libri tres* de Pedro João Perpinhão, S.J. O conflito entre D. Dinis e seu filho e a intervenção de D. Isabel”, *Máthesis* 21: 27-56.
- Toipa, H.C. (2012b), “O conflito entre D. Dinis e seu irmão, D. Afonso: a versão de Pedro João Perpinhão S.J. em *De Vita et Moribus Beatae Elisabethae*

- Lusitaniae Reginae*”, *Revista Portuguesa de Humanidades. Estudos Literários* 16-2: 283-300.
- Toipa, H.C. (2014a), “A linhagem da Rainha Santa Isabel, na perspectiva de *De Vita et Moribus Beatae Elisabethae Lusitaniae Reginae* de Pedro João Perpilhão”, *Humanitas* 66: 367-388.
- Toipa, H.C. (2014b), “A peregrinação da Rainha Santa Isabel a Santiago de Compostela, nos textos de Pedro Perpilhão”, *Revista Portuguesa de Humanidades* 18-2: 185-206.
- Vairo, G. R. (2004), “Le origini del processo di canonizzazione di Isabella d’Aragona, *Rainha Santa de Portugal*, in un atto notarile del 27 Luglio 1336”, *Collectanea Franciscana* 74: 147-193.
- Vasconcelos, António, (1891-1894). *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão, esposa do rei lavrador, D. Dinis de Portugal (a Rainha Santa)*, (2 vols). Coimbra.
- Vida e milagres da gloriosa Raynha sancta Ysabel, molher do catholico Rey dõ Dinis sexto de Portugal*. (1560) Com o compromisso da cõfraria do seu nome, e graças a ella concedidas. Coimbra.